



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo nº: **3000767-84.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 Embargado: **LEONICE CESÁRIO PELLEGRINI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

#### **Vistos.**

**FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** ajuizou embargos à execução que lhe move **LEONICE CESARIO PELLEGRINI**, alegando que a execução padece de excesso.

Sustenta que o excesso decorre do fato do montante devido não ter sido atualizado pela Tabela Prática para Cálculo de Atualizações Monetária dos Débitos Judiciais relativos à Fazenda, de acordo com a Lei nº 11.960/09, de 09 de junho de 2009, e dos juros de mora, indevidamente computados pelo embargado.

Intimado para oferecimento de impugnação, ficou-se silente o embargado (fls. 05).

É o relatório.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

O pedido comporta acolhimento.

Isso porque, sobre o tema, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, sob a ótica do princípio do *tempus regit actum*, entendeu serem de natureza eminentemente processual as normas da Lei 11.690/09, as quais dispõem sobre juros moratórios, aplicando-se, pois, aos processos em andamento.

Com efeito, a nova regra de aplicação dos juros e correção monetária, inserida na Lei 9.494/97 pela Lei 11.960/09, rege não só os processos iniciados a partir de sua entrada em vigor, como também os que já estavam em andamento.

Desta forma, os juros de mora e a correção monetária devem ser calculados em conformidade com a Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, a qual modificou o art. 1.º-F da Lei nº 9.494/97, ainda que se trate de verba sucumbencial, pois o que importa, no caso, é a qualidade



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

de Fazenda Pública da devedora.

Ademais, o silêncio do embargado faz presumir concordância com o pedido.

Ante o exposto, correto o valor apontado pela embargante, razão pela qual julgo procedente o pedido e determino que a execução prossiga, quanto à verba honorária, pelo valor de R\$ 401,79 (quatrocentos e um reais e setenta e nove centavos).

Condeno o embargado a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 100,00 (cem reais), considerando a pequena complexidade da matéria e a repetitividade do questionamento, observando-se a Lei 1.60/50, se o caso.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 24 de fevereiro de 2014.